

**31 - 01 | 2026****ECONOMIA INFORMAL E DESEMPREGO EM ANGOLA – A TRAJETÓRIA DOS SEUS AGENTES****Informal economy and unemployment in Angola – the trajectory of its agents****Economía informal y desempleo en Angola – la trayectoria de sus agentes****Eurico Josué Ngunga¹**

¹ Eurico Josué Ngunga, Instituição, PhD, Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude – ISPAJ, Departamento de Ciências Sociais e Económicas; Angola; ORCID- 000000911596966, ejngunga@gmail.com.

Autor para correspondência: ejngunga@gmail.com.*Data de recepção: 25-06-2025**Data de aceitação: 01-07-2025**Data da Publicação: 31-01-2026*

Como citar este artigo: Ngunga, E. J. (2026). *Economia informal e desemprego em Angola – a trajetória dos seus agentes*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 2(10), pp. 364-372. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/14>

RESUMO

É impossível falar da informalidade económica em Angola, sem fazer uma incursão histórica em todos os mais variados aspectos sociais desse imenso país. Ao longo de intensos 27 anos da guerra civil, a informalidade em Angola constituiu-se, para a maioria das famílias, um meio de subsistência, inclusive, uma estratégia para gerar emprego e renda e fugir da vulnerabilidade sócio-económica a que estavam fadadas. Essa vulnerabilidade sócio-económica é a função imagética da degradação do bem-estar a que as sociedades estão sujeitas, fruto da combinação de factores negativos e impeditivos tais como falta de moradia; saneamento básico precário e, na sua maioria, inexistente; educação básica inadequada e incapaz de atender à demanda das populações desse vasto território; sistema de saúde precário, incapaz de atender aos anseios das famílias. A partir de 2002 a 2024, período de paz definitiva, este cenário tem exigido aos governantes locais a necessidade de identificar e perceber o actual estado sócio-económico das famílias em todo o território nacional, para melhor distribuição da riqueza

nacional. A dificuldade das instituições governamentais a dar respostas imediatas às necessidades das famílias, leva, essas famílias, a procurar meios para subsistir às conhecidas flutuações económicas endógenas e exógenas. A partir da utilização de fontes de dados secundários, este trabalho identificou os segmentos mais vulneráveis de uma das regiões da província de Icolo e Bengo, com entrevistas desenvolvidas nos mercados do Zango 1 e Mercado do 30, município do Calumbo e primou em verificar a representatividade de suas demandas em três eixos: Negócio Formal; Desemprego e trabalho informal.

Palavras-chave: Informalidade económica; saneamento básico; universitária; vulnerabilidade sócio-económica.

ABSTRACT

It is impossible to talk about economic informality in Angola without taking a historical look at all the various social aspects of this immense country. Throughout the intense 27 years of civil war, informality in Angola was a way of subsistence for most families, and even a



strategy to generate employment and income and escape the socio-economic vulnerability to which they were condemned. This socio-economic vulnerability is the visual function of the degradation of well-faire state to which societies are subject, resulting from the combination of negative and impeding factors such as lack of housing; precarious and, for the most part, non-existent basic sanitation; inadequate basic education incapable of meeting the demands of the populations of this vast territory; precarious health system, incapable of meeting the needs of families. From 2002 to 2024, a period of definitive peace, this scenario has required local governments to identify and understand the current socio-economic status of families throughout the country, in order to better distribute national wealth. The difficulty of government institutions in providing immediate responses to families' needs leads these families to seek ways to survive the well-known endogenous and exogenous economic fluctuations. Using secondary data sources, this work identified the most vulnerable segments of one of the regions of the province of Icolo and Bengo, with interviews in the markets of Zango 1 and Mercado do 30, municipality of Calumbo and focused on verifying the representativeness of their demands in three axes: Formal business; Unemployment and informal job.

Keywords: economic informality; Basic sanitation; university; Socioeconomic vulnerability.

RESUMEN

Es imposible hablar de informalidad económica en Angola sin una mirada histórica a los diversos aspectos sociales de este inmenso país. Durante los intensos 27 años de guerra civil, la informalidad en Angola fue una forma de subsistencia para la mayoría de las familias, e incluso una estrategia para generar empleo e ingresos y escapar de la vulnerabilidad socioeconómica a la que estaban condenadas. Esta vulnerabilidad socioeconómica es la expresión visual de la degradación del bienestar

al que están sometidas las sociedades, resultado de la combinación de factores negativos y limitantes como la falta de vivienda; el saneamiento básico precario y, en su mayoría, inexistente; la educación básica inadecuada, incapaz de satisfacer las demandas de la población de este vasto territorio; y un sistema de salud precario, incapaz de satisfacer las necesidades de las familias. De 2002 a 2024, un período de paz definitiva, este escenario ha obligado a los gobiernos locales a identificar y comprender la situación socioeconómica actual de las familias en todo el país, para distribuir mejor la riqueza nacional. La dificultad de las instituciones gubernamentales para brindar respuestas inmediatas a las necesidades de las familias las lleva a buscar maneras de sobrevivir a las conocidas fluctuaciones económicas endógenas y exógenas. Utilizando fuentes de datos secundarios, este trabajo identificó a los segmentos más vulnerables de una de las regiones de la provincia de Icolo y Bengo, mediante entrevistas en los mercados de Zango 1 y Mercado do 30, municipio de Calumbo, y se centró en verificar la representatividad de sus demandas en tres ejes: negocios formales; desempleo y empleo informal.

Palabras clave: informalidad económica; saneamiento básico; universidad; vulnerabilidad socioeconómica.

INTRODUÇÃO

A partir da crise do fordismo, isto é, com a primeira grande crise do petróleo, no início da década de 1970, as economias ocidentais, viram-se obrigadas a vestir uma roupagem mais vanguardista no que se refere ao modelo de produção. O modelo de produção em série, baseado nas teorias keynesianas de intervenção estatal, deram espaço a um cenário capitalista financeiro globalizado. Este cenário perpetrou novas relações de poder nas organizações e uma cultura organizacional difusa entre empregado e

empregador. “Como afirma Corsi (2024,p.34), com a crise do fordismo e o fim do pacto social, testemunhou-se um período de intensificação do modelo capitalista de acumulação, um regime caracterizado pela tensão latente entre a vida social e os imperativos do mercado, implementando programas neoliberais de desregulamentação, flexibilização, privatização e expansão da lógica de mercado e observamos um intenso processo de mercantilização e desvalorização do trabalho”.

Essas relações levaram as corporações a desenvolver mecanismos de sobrevivência num mercado global difuso, sedimentando um modelo desregulado e desinstitucionalizado nas economias nacionais, promovendo o (Jameson, 1991) império do antivalor e a era do capital financeiro. Como afirma Rodrigues (2022), é resultante desse processo, um sistema produtivo pulverizado em seu tecido empresarial, isto é, expande-se o sector de serviços, as plataformas digitais e os trabalhos temporários, resultando em economias cada vez mais fragilizadas e de pouco crescimento, caracterizado pelo desemprego estrutural, com taxas insuficientes de emprego e renda.

É a função imagética do fordismo, marcada por uma série de factores, nomeadamente, o aumento da produtividade, a redução da taxa de lucro, uma crescente pressão social o que levou as famílias a buscar novas formas de organização do trabalho e renda. Neste caso, a economia informal, por sua vez, surge como uma resposta a essa crise, encetando a informalização do trabalho e a criação de novas vias de produção e novas formas de consumo, alterando as relações formais.

Muito mais acentuado no pós-guerra, Angola passa a viver um vertiginoso êxodo rural no qual as famílias viram-se obrigadas a percorrer as grandes cidades, cujas possibilidades de busca de emprego e criação de renda eram mais factíveis e promissoras, independentemente das condições de habitabilidade que encontravam nas cidades. Portanto, o sector informal passa a influenciar enxoravelmente nos níveis de emprego e do PIB do país, provocando efeitos e ajustes de grande amplitude nas estruturas da economia e a da sociedade. Isto é, as atividades produtivas tradicionais sofreram mutações, pois foram absorvidas pelo trabalho autônomo, ganhando terreno em todos níveis da sociedade.

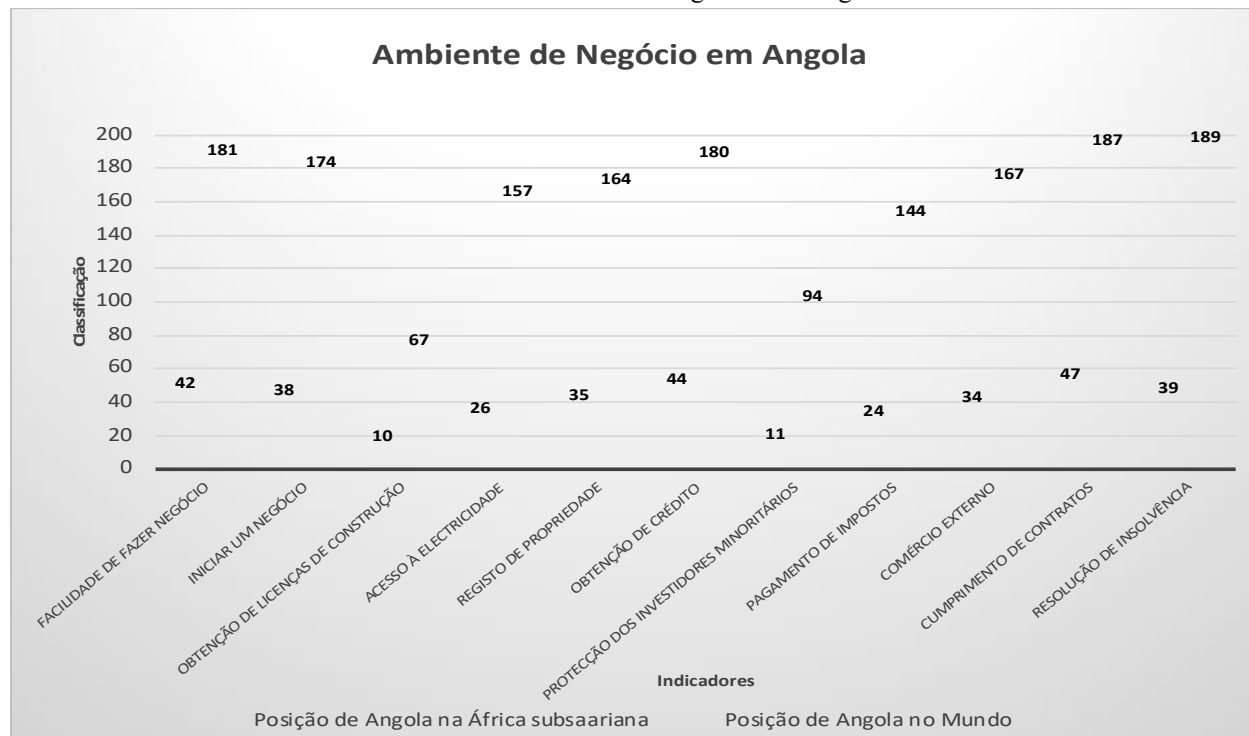
Com base na Organização Internacional do Trabalho, Ernesto&Capilo (2016, p.8) exprimem “economia informal” como sendo toda a actividade económica e seus agentes económicos trabalhadores e unidades económicas não são abrangidos, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Isso pressupõe que tais actividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei. Neste sentido, esses agentes têm suas actividades fora do âmbito da fiscalidade e estão desprovidos de segurança social e demais benefícios.

Apesar dos esforços do Executivo angolano em fomentar o empreendedorismo e consequente abertura de empresas ou mesmo iniciar um negócio, “quer ao nível mundial como ao nível da África Subsariana, a posição de Angola é baixa, dado que a sua posição geral no ranking “Doing Business” 2 é a 181ª

em 189 países e regionalmente na 42ª entre 47 países subsaarianos. Ao nível regional, a posição de Angola em termos de ambiente de negócios só está acima da República Democrática do Congo, Chade, Sudão do Sul,

República Centro Africana e Eritreia, essencialmente, em função da instabilidade política vigente nesses países (ERNESTO&CAPILO (2016, p.8).

Gráfico 1 – Ambiente de Negócios em Angola



Fonte: World Bank, Doing Business 2015, 2024

Apesar de o relatório Doing Business ser criticado por focar excessivamente em regulamentações formais, negligenciando fatores informais como corrupção, cultura e qualidade institucional, mostra que as economias com melhores classificações no índice de facilidade de fazer negócios tendem a atrair mais investimentos privados, inclusive o fomento de mais empreendedores e o consequente início de negócios. Neste caso, o ambiente de negócios deverá ser favorável para Angola, por ser caracterizado por instituições sólidas, infraestrutura adequada, estabilidade macroeconómica e regulamentações eficientes.

Para isso, North (1990) advoga que instituições formais (leis, regulamentos) e informais (normas, cultura) influenciam custos de transação e incentivos ao investimento, impactando o desempenho económico. Por outro lado, Djankov et al. (2002) complementam, elucidando que burocracia excessiva e complexidade regulatória inibem o investimento privado, principalmente em economias em desenvolvimento. Este fenómeno tem levado o país a níveis de desemprego altíssimos incontroláveis por parte dos decisores angolanos.

Com um nível de desemprego actual na casa dos 30,8% no sector formal da economia (INE, 2025), a actividade informal é profunda

com incidência na própria economia formal que à tornam num problema colossal. Tal é a grandeza do problema que o Executivo angolano instituiu por Decreto Executivo n.º 222/22 o Observatório de Economia informal com o fito de, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), entre outros, reforçar o diálogo social e o debate com os principais actores sociais e agentes económicos sobre a formalização da economia; consolidar e apoiar a agenda de coesão social em torno da formalização da economia, através de um fórum amplo de concertação e diálogo, dirigido ao desenvolvimento de novos conhecimentos sobre a formalização da economia e ao consenso social, fazendo uso de processos participativos orientados para o desenvolvimento nacional.

Ernest (2016, p.29) convida a olhar para o mercado de rua, cada vez mais presente nas ruas da capital Luanda, pois “este fenómeno é alimentado por quatro agentes condutores da cadeia logística: 1. A quitandeira são todas aquelas pessoas que têm um lugar certo para vender seus produtos com o apoio de uma bancada. Geralmente, as quitadeiras de maior porte também fornecem pequenas quantidades de produtos as zungueiras; 2. As zungueiras podem ser encontradas a circular pelos mercados ou pela rua e geralmente adquirem os seus produtos às quitadeiras ou compram nos armazéns; 3. O kupapata (roboteiro) são os indivíduos que transportam as mercadorias das quitadeiras ou zungueiras do armazém ao ponto onde elas exercem a actividade;

E finalmente, os armazéns que apesar de serem estabelecimentos formalmente estabelecidos, são os principais responsáveis

pelo abastecimento do mercado informal e geralmente localizam-se junto dos grandes centros de venda informal. Por exemplo, em Luanda os seguintes mercados, nomeadamente São Paulo, Hoja-Ya-Henda, Estalagem e quilómetro 30 em viana estão inundados de armazéns grossistas”.

Procedimentos Metodológicos e Instrumentos de Recolha de Dados

O caso prático deste trabalho foi realizado através de um estudo de caso aplicado nos mercados informais, mais precisamente, no Mercado do 30 e Mercado do Zango 1, ambos da Província do Icolo e Bengo.

Foram utilizadas perguntas de múltiplas escolha do tipo estimação ou avaliação que, conforme Lima (2004) *apud* Silva *et al* (2008), permite escolher e indicar a resposta que mais se aproxima da realidade investigada através do seu julgamento, estimação ou avaliação, seguindo uma escala de intensidade crescente ou decrescente. Baseando-nos em Silva *et al* (2008), este tipo de perguntas facilita a tabulação dos dados coletados, bastando dispor, na visão do autor, um referencial conceitual e teórico consistente sobre o tema investigado para reunir elementos que permitam elaborar questões adequadas e alternativas de respostas pertinentes ao problema que se logra em investigar.

Para o efeito, adotou-se a técnica de Observação Direta e Extensiva com auxílio do formulário (Marconi e Lakatos, 2001). Para a coleta dos dados necessários ao desenvolvimento da presente pesquisa, foram entrevistados agentes trabalhadores nos mercados mencionados o que permitiu a recolha de informações seguras abordadas no

âmbito dos indicadores de trabalho e informal e desemprego.

Faz-se uso dos indicadores: População economicamente activa; População empregada; População desempregada; População inactiva; Taxa de actividade; Taxa de emprego e; Taxa de inactividade, para mensural o percentual da população economicamente activa empregada no sector formal e informal.

Apresentação e Discussão dos Resultados

De acordo com os dados do INE, há uma disparidade substancial entre o sector formal e informal. O sector informal foi capaz de empregar mais de um milhão de pessoas o que perfaz 11 vezes mais do que o gerado pelo sector formal, fazendo com Angola tenha uma das taxas de informalidade mais altas do mundo. Há um incremento na população economicamente activa, dos 15 e mais anos, em 4,2% para 18 milhões no primeiro trimestre de 2025.

Deste número, 2,460 milhões estão empregados no sector formal, perfazendo um incremento de 81,923 face ao período homólogo, fixando em torno de 13,56% a taxa de angolanos em idade para enfrentar o mercado de trabalho no primeiro trimestre. Há uma ligeira redução na taxa de emprego formal em torno de 0,1 ponto Face aos 13,66% dos três meses iniciais do ano passado.

Diante desses dados, o emprego informal lidera as estatísticas com 10,353 milhões de pessoas empregadas, entre as quais, 5,828 milhões são do sexo feminino e 4,525 milhões são sexo masculino. Significa que “contas feitas, a informalidade concedeu emprego 11

vezes mais do que o proporcionado pelo sector formal da economia angolana”(jornal *expansão*, 2025). Assim, a taxa de informalidade subiu 1 ponto percentual ao fixar-se em 80% e a taxa de emprego está em 63%, um incremento de 3 pontos percentuais.

3.1 População Inactiva e Taxa de Inactividade

Os dados do INE, no terceiro trimestre de 2024, atestam que a população inactiva com 15 ou mais anos está estimada em torno de 2 051 022 pessoas, dos quais os homens representam 9,8% com um universo de 936 620 e as mulheres representam 10,8% num universo de 1. 114 403. Neste sentido, percebe-se que houve um aumento significativo de 15,4% na população inactiva, que resultou no aumento 1,7% da população empregada e diminuição de 4,9% da população desempregada em relação ao II trimestre e consequentemente uma diminuição da população economicamente activa. Apesar disso, a situação é ainda crítica pois, em cada 10 jovens, 4 encontram-se desempregados, o que evidencia uma juventude com oportunidades limitadas, devido à vulnerabilidade económica decorrente da mesma.

A taxa de inactividade da população com 15 aos 24 anos foi de 10,3%, sendo mais elevada na área urbana (11,5%) que na rural (8,3%), isso em função do êxodo rural no qual a juventude deixa as suas zonas de origem, preferindo submeter-se à condições de trabalho de subserviência e a sobreviver em condições de habitabilidade precárias encontradas nas grandes cidades.

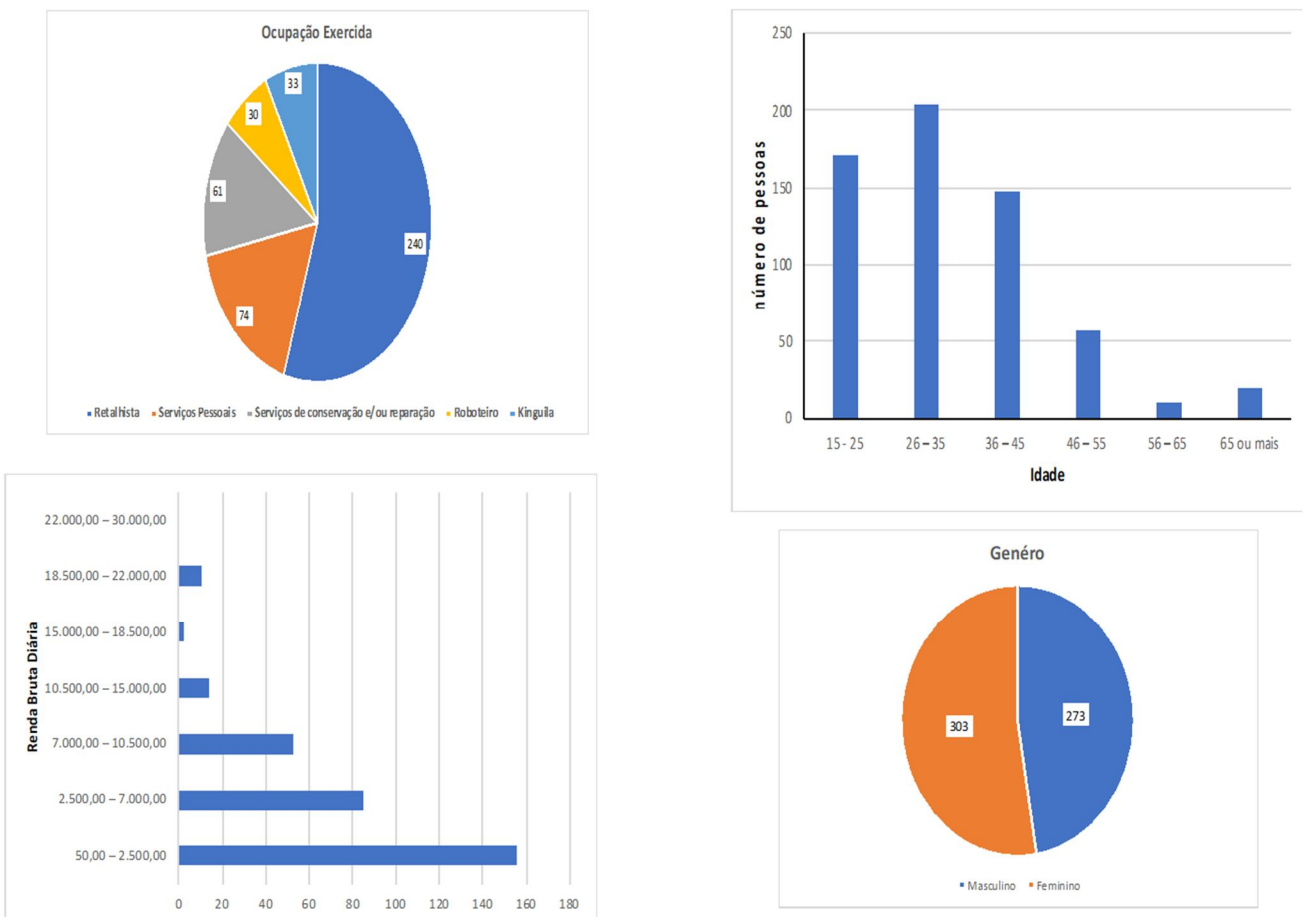
3.2 O Trabalho Informal nos Mercados do “30” e “Zango 1”

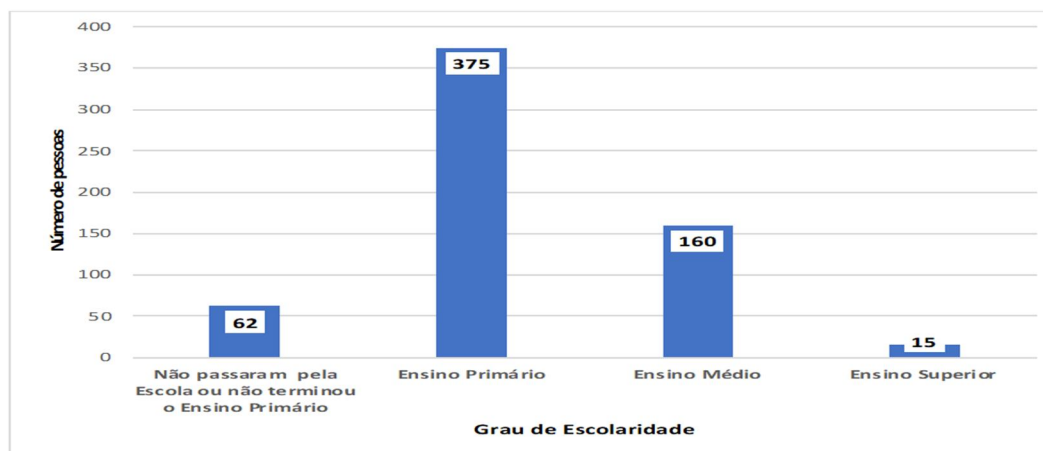
Sem descurar das demais províncias, os mercados informais de Icolo e Bengo representam a função imagética da economia informal, pois desempenham um papel crucial na luta pela sobrevivência da população local, em particular e, de forma geral, angolana. Grande parte da população empregada que actua neste sector encontra oportunidades de emprego e geração de

renda. No entanto, a alta taxa de informalidade também é um reflexo de desafios como o desemprego e a falta de oportunidades no setor formal (INE, 2025).

Foram entrevistados 600 trabalhadores nos mercados do “30” e “Zango 1”, ambos sediados na recém criada Província de Icolo e Bengo, limítrofe à Província de Luanda.

3.2.1 Características gerais das amostras pesquisadas





Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa

Obs.: Em função da existência de não respostas ou de respostas consideradas nulas por apresentarem alguma incoerência, o número total de respostas válidas para cada variável na tabela 2 esteve abaixo do total de 600 entrevistados.

Os dados mostram que do ponto de vista da faixa etária, aproximadamente 63% dos entrevistados apresentam idade inferior ou igual 35 anos, 34% têm uma idade superior a 35 anos mais inferior ou igual a 55 anos e perto de 5% são acima dos 55 anos de idade. A maioria dos 600 entrevistados afirmou desenvolver actividades económicas caracterizadas como retalhista (42,5%), sobretudo nos mercados analisados, bares, barracas. A segunda actividade informal de maior incidência dos entrevistados foi a de serviços pessoais tem a segunda maior incidência com (12,3%) (motorista, empregadas domésticas, segurança, engraxadores, cabeleireiro, baby-sitter).

De forma geral, os entrevistados afirmam que a actividade informal tem-lhes permitido alcançar uma melhor posição económica, quer para atender as suas necessidades individuais quer para as suas famílias que se

encontram nas demais províncias, isto é, 50% dos entrevistados dizem ter a sua situação financeira melhorada. Entretanto, para um terço afirmam que a situação financeira mantém-se na mesma, ou seja, não melhorou substancialmente.

Por outro lado, os dados atestam o que se aludiu anteriormente quanto ao êxodo rural das famílias angolanas. Sobretudo a camada mais jovem é que, diariamente, acedem a cidade de Capital, em busca de melhores oportunidades de emprego e condições de vida. Entretanto, 70% declaram serem oriundos das demais províncias, sobretudo, do Sul e Sudeste de Angola.

Todos entrevistados declararam terem alguma ocupação por conta de outrem, por conta própria ou em negócios familiares. Em contrapartida, maior parte dos entrevistados afirmam não ter qualquer actividade remunerada fixa. Depende da procura e oferta de produtos no dia. O trabalho desses agentes é informal e é caracterizado por uma grande variedade de actividades, desde produtos alimentares, cereais, frescos, carne a outros bens. E essa informalidade implica em uma série de factores impeditivos tais quais a falta de protecção social, rendimentos instáveis e,

muitas vezes, sob condições de trabalho precárias.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

À guisa de conclusão, pode-se aferir que os mercados informais constituem o espaço onde um grande número de agentes encontra oportunidades de trabalho e obtém os rendimentos que contribuem como meio de subsistência de muitas famílias angolanas. Os dados do INE apontam que a Proporção de emprego informal em relação ao total da população empregada em Angola é de 77,1% o que perfaz a maioria subsistir mediante actividades informais, mesmo sabendo das acções do executivo angolano no sentido de encontrar soluções para colmatar o fenómeno da informalidade no país.

Destarte, este trabalho aponta para novas, evidentes e necessárias investigações, propondo acções específicas através das quais o Executivo angolano poderá tomar para fortalecer economia de Angola, como lançar programas e instrumentos de intervenção política e financeira com o fito de criar um ambiente susceptível à reconversão da economia informal, incentivando os micro e pequenos empreendedores na abertura de seus negócios. Ao fazê-lo, sem dúvida, será capaz de diminuir a informalidade, promovendo o empreendedorismo, novos negócios e, conseqüentemente, reduzir o desemprego em níveis aceitáveis. E o desenvolvimento sustentável será uma realidade.

REFERÊNCIAS

Corsi, J. J. Queiroz (2024). Reflexões sobre a transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível. Desvalorização do trabalho e generalização da precariedade na era

da globalização financeira. Configurações-Revista Ciências Sociais.

Djankov, S., La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. (2002). The regulation of entry. *The Quarterly Journal of Economics*, 117(1), 1-37.

Ernesto, A. & Capilo, G. A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal. Open Society em Angola, 2016.

Jameson, Frederic (1991). Postmodernismo or The cultural Logic of Late Capitalism. 1ª ed. Durham: Duke University Press. 438 p. ISBN 9780822310907.

Rodrigues, João (2022). O Neoliberalismo não é um slogan: Uma história de ideias poderosas. 1ª ed. Lisboa: Tinta da China. 389 p. ISBN 9789896716783.

Marconi, Marina de Andrade (1999). Técnicas de Planeamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 4. ed. – São Paulo: Atlas.

Ministério da Economia e Planeamento. Observatório de Economia Informal. Decreto Executivo nº 222/22. Diário da República nº 88.

North, D. C. (1990). Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press.

Vergara, Sylvia Constant (2007). Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 8 ed. São Paulo: Atlas, 93 p.

INE. Inquérito ao Emprego em Angola _ III Trimestre 2024. <https://www.ine.gov.ao>. Acessado em 22 de maio de 2025.

Valor [economico.https://valoreconomico.co.ao/artigo](https://valoreconomico.co.ao/artigo). Acessado em 22 de maio de 2025.

